



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002342-25.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Água**  
 Requerente: **José Geraldo Pereira**  
 Requerido: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**JOSÉ GERALDO PEREIRA** ajuizou ação em face do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS - SAAE** alegando que foi indevidamente cobrado por dívida de fornecimento de água, referente ao ano de 2012, fato que ensejou a inscrição de seu nome na Dívida Ativa e a propositura de execução fiscal (Proc. nº 06011474-88.2012.8.26.0566). Esclareceu que vendeu para Elisangela Cristina Alonso e Hederson Fernandes dos Santos, em 24/06/2003, o imóvel relacionado com o débito reclamado, de maneira que a cobrança é indevida. Requereu a declaração de inexigibilidade do débito apontado, bem como o pagamento de indenização pelos danos morais sofridos no valor de dez salários mínimos.

Juntou documentos às fls. 15/22.

Citado (fls. 28), o requerido apresentou contestação (fls. 29/33), alegando, preliminarmente, falta de interesse processual. Relata que, em 13/02/2017, o autor compareceu ao SAAE indicando que a compromissária Elisangela Cristina Alonso, assumiria o parcelamento do débito e que no dia seguinte requereu a exclusão do autor do polo passivo da execução. Ressalta que a execução fiscal foi extinta em relação ao autor no dia 20/02/2017, tendo ele, após 22 dias, ajuizado a presente demanda. Afirmou que não houve o dano moral alegado. Juntou documento (fls. 34).

Houve réplica (fls. 37/39).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A lide comporta julgamento antecipado tendo em vista a desnecessidade de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

produção de quaisquer outras provas, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

O processo deve ser extinto sem resolução de mérito em relação à declaração de inexigibilidade do débito apontado na inicial, por falta de interesse de agir. De fato, restou comprovado nos autos (fls. 34) que, após pedido formulado pela autarquia, o autor foi excluído do polo passivo da execução fiscal nº 0601474-88.2012.8.26.0566, antes do ajuizamento da presente ação.

Assim, em relação ao pedido de declaração de inexigibilidade do débito apontado na inicial, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VI do Código de Processo Civil.

No mais, o dano moral não restou demonstrado.

Não obstante os argumentos deduzidos pelo autor, não se vislumbra a ocorrência de ato doloso, culposo, ilegal ou abusivo da autarquia, bem como nenhuma falha da máquina administrativa, que tenha se caracterizado como injusto para o particular a ponto de gerar um dano ressarcível.

Prevalece o entendimento de que o contrato de prestação de serviço celebrado entre o usuário e a empresa fornecedora do serviço público é bilateral, com reciprocidade de obrigações, e possui caráter pessoal.

Conforme assentado pela jurisprudência, a natureza jurídica da contraprestação pelo fornecimento de água é pessoal, devendo recair, por óbvio, sobre o usuário que efetivamente deixou de honrar as obrigações contratuais com a requerida, não havendo se falar em qualquer vinculação com o imóvel descrito na inicial.

Contudo, não obstante tenha o autor procedido à alienação do imóvel sobre o qual pendem os débitos no ano de 2003 (fls. 17/18), fato é que apenas no corrente ano é que a compromissária Elisangela Cristina Alonso compareceu ao SAAE e assumiu a titularidade do débito existente.

Por outro lado, a autarquia, assim que houve a comunicação da alteração de titularidade do imóvel, requereu a exclusão do autor do polo passivo da execução fiscal mencionada.

Outrossim, a autarquia somente poderia proceder à transferência da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

titularidade da unidade consumidora para os compromissários após o repasse da informação, não podendo, portanto, ser responsabilizada por danos morais.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais, formulado por JOSÉ GERALDO PEREIRA contra o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS -SAAE.

Condeno o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, observada a regra prevista no art. 98, parágrafo 3.º, do Código de Processo Civil, por ser beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita.

P.I.

São Carlos, 23 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**